

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB/SC) SANTA**
2 **CATARINA.**

3 ATA Nº 05/2017

4 Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta
5 minutos, no auditório da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis,
6 localizada na Rua Cândido Ramos, 250 - Capoeiras - Florianópolis SC - Santa Catarina,
7 realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência
8 Social (CIB-AS-SC) com a presença dos seguintes membros: representantes da Secretaria de
9 Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC): Ismael de Córdova (titular),
10 Paloma Mariucci (suplente), Ivanor Alberti (titular), Jadna Cristina Mendes Honório (titular), Carolina
11 da Silva Rodrigues de Freitas (suplente) e representantes do Colegiado Estadual de Gestores
12 Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC): Vagner Ferreira de Oliveira (membro titular
13 e Presidente do Colegiado, Elaine de F. A. Barbosa (titular), Oscar Guilherme Grotmann Filho
14 (suplente), Juliano Nildo de Maria (titular), e Jânifer Otto (titular). Ainda estavam presentes gestores
15 e técnicos municipais, representantes da câmara técnica, secretarias regionais, associações de
16 municípios, conselhos. Após o chamamento e composição da mesa Ismael pediu que Ivanor
17 desse sequência à ordem do dia. A ordem do dia foi considerada lida e aprovada pelo Plenário:
18 **1º Verificação da presença e da existência de quorum:** sendo constatada a existência de
19 quórum, conforme o Regimento Interno da CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os trabalhos de
20 acordo com a ordem do dia. **2º Apresentação, apreciação e aprovação da pauta do dia -**
21 nesse momento Vagner pediu a palavra para colocar alguns assuntos: Planos municipais de
22 assistência social, Cofinanciamento de benefícios eventuais e alta complexidade,
23 regionalização média e alta complexidade que entraram como assuntos de discussão
24 juntamente com o Pacto de aprimoramento 2018-2021, Resolução CIT 19/2017 – Acessuas
25 Trabalho, Avaliação Conferencia Estadual de Assistência Social, Apresentação construções
26 com recursos do Pacto. **3º Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior:** Ivanor
27 comunicou que a ata foi encaminhada com antecedência aos membros da CIB, a qual foi
28 considerada lida e aprovada pelo Plenário. **4º Correspondências recebidas e expedidas:** Foi
29 informado pela Secretaria Executiva da CIB-AS-SC que a relação de correspondências
30 expedidas e recebidas foi enviada para o e-mail dos representantes da CIB-AS-SC. **5º**
31 **Pactuação de matérias:** Após breve discussão foram definidas as datas e locais das reuniões
32 plenárias da CIB para 2018 no seguinte formato: fevereiro (28) em Florianópolis, março (28)
33 em São Carlos, maio (30) em Chapecó, junho (28) em Criciúma, agosto (30) em Treze
34 Tílias, setembro (20) em Navegantes, outubro (18) em Blumenau, dezembro (06) em
35 São João Batista, ficando São José e Garuva como locais em caso de substituição. **6º**
36 **Discussão de matérias:** Ivanor fez a leitura do ofício DIAS nº 436 de 13 de novembro de 2017
37 enviado para todos os gestores municipais do Estado sobre o envio dos Planos Municipais de
38 Assistência Social para a DIAS. Na ocasião Ismael esclareceu que a data fixada anteriormente
39 coincidia com o preenchimento do CENSO SUAS, mas tendo em conta as dificuldades dos
40 gestores em finalizar os planos foi emitido esse novo ofício dando mais elasticidade à entrega,
41 porém advertindo sobre a vigência do antigo plano e a importância de finalizar o novo plano o
42 antes possível. Janice Merigo aproveitou para destacar que a elaboração do plano não é uma
43 questão de cumprir por cumprir ou para evitar punições, mas que os gestores precisam de mais
44 tempo para fazer um bom planejamento, e da mesma forma pontuou sobre a necessidade da

45 DIAS dar um retorno sobre tais planos, ao qual Ismael concordou sobre essa responsabilidade
46 da diretoria. Jânifer Otto lembrou que em futuras resoluções que pactuam o cofinanciamento se
47 poderia exigir a comprovação da existência e vigência do Conselho, Plano e Fundo obrigando
48 que os gestores façam a sua parte. Na sequência Ivanor fez o informe da situação do
49 Cofinanciamento de 2017, explicando aos presentes que considerando a definição da Diretoria
50 do Tesouro da SEF, o cronograma de desembolso do cofinanciamento foi aprovado para
51 repasse em 04 (quatro) parcelas: A parcela 1ª foi paga em outubro (17/10), a 2ª e 3ª parcelas
52 foram pagas em novembro (27/11) e a 4ª parcela será liberada em janeiro de 2018. Recordou
53 a todos que cada município deverá observar os procedimentos contábeis próprios a fim de dar
54 entrada na quarta parcela, que mesmo se referindo ao cofinanciamento de 2017 será recebido
55 no exercício financeiro 2018 e, portanto os valores farão parte do orçamento e da receita
56 2018. Ivanor ainda informou que o relatório de pagamentos se encontra disponível no site da
57 SST, lembrou também que somente 3 municípios elegíveis (que possuem somente CRAS) não
58 se habilitaram, e que assim o valor correspondente aos 3 entes foi de R\$ 72.972,00 destacando
59 que esse valor foi redistribuído para os 367 CRAS habilitados do Estado, e que desse modo o
60 valor inicial para cada CRAS passou de R\$ 24.324,32 para R\$ 24.523,16 após a redistribuição.
61 Ismael aproveitou o assunto para falar do sistema de informação que a SST está adquirindo
62 para informatizar todo esse processo de habilitação ao cofinanciamento e pagamento do
63 mesmo. Vagner tomou a palavra para felicitar pelos avanços da SST e perguntar sobre o
64 cofinanciamento em 2018 das proteções não cofinanciadas nos últimos anos e sobre a
65 tramitação da Lei do FEAS, pedindo ao secretário Comin, que também é deputado, que faça
66 uma força junto à Assembleia Legislativa para que esse anteprojeto seja aprovado. Pediu
67 igualmente aos presentes, lembrando que 2018 é ano de eleições e que todos votam, que
68 analisem quais candidatos apoiam os projetos desse tipo. Ainda sobre essas questões Ismael
69 mencionou os esforços que a DIAS está fazendo no sentido do estabelecimento do
70 cofinanciamento regular e informou de parte do secretário Comin, que não foi possível
71 conseguir recursos para Benefícios Eventuais e Alta complexidade em 2017 e que é uma
72 bandeira que o secretário vai levantar e defender ao retornar à ALESC como deputado. Na
73 continuação Ivanor fez o informe sobre a tramitação da Lei do FEAS, explicando porque não
74 consta um percentual na mesma e ao mesmo tempo os motivos da demora para que a mesma
75 seja encaminhada à ALESC, bem como os motivos do ir e vir tantas vezes do processo entre a
76 Casa Civil e a SST. Em seguida Maria Eunice pediu a palavra para destacar que a Lei do FEAS
77 é uma das exigências para a política de Assistência Social avançar no Estado, mas que
78 também está a regionalização que é uma discussão que vem há mais de 3 anos, com estados
79 e levantamentos. Também mencionou o fato de o governador não receber o colegiado do
80 COEGEMAS como indicativo preocupante, já que o olhar técnico que o COEGEMAS e a CIB
81 possuem não chega a ser discutido e colocado na mesa com o governador e a secretaria da
82 Fazenda. Da mesma forma mencionou a audiência pública, as 35 mil assinaturas favoráveis ao
83 estabelecimento de percentual de 1% do orçamento para o financiamento da política, para isso
84 se torne uma lei de iniciativa popular. Ainda relatou que cada ano o orçamento vem cada vez
85 menor, com o financeiro efetivo não chegando nunca no nível do valor orçado que já é
86 pequeno, e que por isso é urgente uma mobilização junto aos deputados para algo mude.
87 Finalizou a fala pontuando que o sistema de informação não vai resolver se a questão
88 orçamentária e financeira for resolvida. Nesse momento Josué Vieira, do município de Araquari,

89 pediu a palavra manifestando que é preciso cobrar da bancada do governo na assembleia,
90 levar o assunto à imprensa, mudar a forma de agir, mudar a estratégia e brigar mais em favor
91 nas causas da assistência social. Retomando a fala Maria Eunice fez menção à discussão
92 havida de manhã sobre o Pacto de Aprimoramento do SUAS, que é um dos norteadores dos
93 plano municipais, já que os dados do IBGE não estão representando o valor real de crianças e
94 adolescentes em situação de trabalho infantil nos municípios do Estado, prejudicando assim os
95 valores repassados pelo MDS. Pediu também para que todos observem algumas questões do
96 Pacto, e se tiverem questionamentos sobre as metas, trazê-los para a discussão no Colegiado
97 e depois questioná-las no âmbito da CIT, se for o caso. Além disso, trouxe o assunto da
98 Resolução CIT nº 19 sobre o Acessuas Trabalho, já que a mesma não é clara em vários
99 aspectos, por isso pediu à DIAS que ajude a esclarecer os pontos obscuros junto aos
100 municípios. Nesse momento a palavra foi passada para a gerente Daiana Nardino que relatou
101 que CIT pactuou os critérios para execução do programa em 2018, mas que a resolução
102 precisa ainda da deliberação do CNAS, no entanto pediu que os municípios enviem para a SST
103 todos as dúvidas que tiverem a fim que esta indague a equipe do MDS que cuida dos assunto
104 relativos ao programa, ao que Maria Eunice informou que o município de Blumenau enviará de
105 imediato alguns questionamentos que já estão prontos. Na ocasião Luam Maciel, de Nova
106 Itaberaba, perguntou sobre as parcelas do IGD SUAS que não estão sendo repassadas de
107 forma regular como ocorre com o IGD PBF. Respondendo à pergunta Ivanor respondeu que o
108 MDS tem priorizado aqueles municípios que possuem o menor saldo em conta, os quais
109 passam a fazer parte do rol de entes prioritários para receber, e que tem sido uma prática do
110 FNAS nos últimos anos, de repassar de uma só vez várias parcelas em atraso. Aproveitando o
111 assunto Vânia confirmou a fala de Ivanor, mas pediu que o Estado solicite a revogação da
112 portaria prioriza o menor saldo em conta, afirmando que ela fere a lei que determina que os
113 repasses devem ser regulares. Informou que tanto o colegiado, quanto a FECAM e as
114 associações de municípios já enviaram documento contendo esta solicitação, mas que
115 precisam de apoio do Estado nessa direção. Como encaminhamento Ivanor pediu que Vânia
116 enviasse cópia do documento enviado ao MDS para que a possa SST fortalecer a solicitação.
117 Após, Daniel do município de São Francisco do Sul, sugeriu que esta e outras questões como o
118 Acessuas Trabalho, Criança Feliz, sejam levadas à Conferência Nacional da semana seguinte
119 pelo o grupo que vai representar Santa Catarina, aproveitando esse momento estratégico, não
120 só da parte dos gestores, mas dos mesmos usuários e demais representantes que vão à
121 Conferência. Maria Eunice sugeriu ademais que se junte os documentos já elaborados pela
122 FECAM, COEGEMAS, CEAS e SST sobre essas questões para subsidiar a discussão em
123 Brasília. Da mesma forma Janice Merigo elencou alguns documentos enviados pela FECAM ao
124 MDS e mencionou o considerável atraso nos repasse do IGD SUAS. Nesse momento Vagner
125 relatou as articulações já feitas junto ao Ministro do MDS e se colocou à disposição, pois
126 também irá para a Conferência Nacional na condição de convidado, mas esclarecendo que
127 quem pode levar a mensagem de forma mais contundente são delegados. Passando a outro
128 assunto da pauta, Ismael pediu a Patrícia Gasparetto, secretária executiva do CEAS, que
129 desse início ao tema da Avaliação da Conferência Estadual de Assistência Social. Patrícia
130 informou que a gestão atual do CEAS assumiu só em junho de 2017 e que as dificuldades
131 foram enormes do ponto de vista organizacional e orçamentário por conta dos cortes que foram
132 feitos, além do pouco tempo disponível e falta de estrutura para assessorar os CMAS na

133 realização das conferências municipais. Relatou que o projeto era de realizar a conferência em
134 três dias, mas que por causa dos cortes orçamentários, um mês antes, o CEAS foi obrigado a
135 reduzir para dois dias, tendo que encaixar toda a programação nesse espaço de tempo. A
136 respeito da relatoria, Patrícia disse que já foi feito um balanço com a empresa que fez o
137 trabalho, apontando os aspectos conhecidos e evidenciados por todos. Apontou também as
138 questões da acessibilidade para os deficientes visuais no hotel onde faltaram instruções
139 escritas em Braille que merecem mais atenção para as próximas conferências, comentou sobre
140 o atraso na conclusão do evento devido a outros atrasos ocorridos no dia, mas principalmente
141 pela redução para apenas dois dias, e que a comissão organizadora está construindo um
142 relatório completo que incluirão todas essas questões, para que fique tudo registrado e levado
143 em conta para a próxima conferência. Retomando a palavra Ismael esclareceu que o ideal seria
144 fazer a conferência em três dias, mas que esta não foi uma opção dada, e que a comissão
145 organizadora teve que escolher entre fazer em dois dias ou não fazer. Destacou que apesar
146 dos limitadores, a comissão fez o melhor que pôde, deu o seu máximo. Continuando sua
147 exposição, informou que a escolha dos delegados governamentais para a Conferência Nacional
148 deu primeiro de acordo com as associações de municípios e depois de acordo com as regiões.
149 Completando esse informe Patrícia explicou como ocorreu a escolha dos delegados da
150 sociedade civil dentro do limite dado pelo CNAS, destacando a autonomia que esta teve nesse
151 processo, ou seja, que cada categoria elegeu seus delegados e levou a lista de nomes para o
152 CEAS. Dando continuidade à avaliação Vagner estendeu a palavra para Glaucia do município
153 de São Carlos, a qual pontuou que não foi à conferência, mas a acompanhou à distância o que
154 foi acontecendo durante a mesma e que foi incumbida de representar os municípios do oeste
155 por meio dessa fala. Em primeiro lugar destacou a questão da pontualidade, depois falou que
156 em sua opinião se perde tempo com as falas de tantas autoridades na abertura, da
157 acessibilidade, da senhora de Pinhalzinho que sofreu uma fratura sem um apoio efetivo do
158 CEAS e da SST. Também esclareceu que está trazendo o que os delegados relataram e que
159 estão sendo e serão enviadas mais avaliações e sugestões dos delegados. Ainda relatou que
160 foram escolhidos delegados do oeste somente de Xanxerê por conta do atraso na conclusão da
161 conferência que obrigou a maioria dos delegados do oeste a partirem para não ter que pagar a
162 mais pelo transporte. Do mesmo modo exprimiu a tristeza em que estão os delegados do oeste
163 pelo ocorrido. Rose Bartucheski do município de São José pediu a palavra e disse que
164 infelizmente no âmbito da assistência social não se faz muito a política, e se perguntou porquê
165 não é dado à assistência a importância que ela merece, apesar do trabalho maravilhoso que é
166 feito e da competência de tantos técnicos. Acrescentou que não vê problema em pegar 50 mil
167 assinaturas, também que não vê problema em deixar espaço para uma fila de políticos falarem
168 na abertura da conferência, desde que tenham um tempo limitado para falar, pois quanto forem
169 melhor para a assistência social, quanto mais deputados receberem e abrirem as portas na
170 assembleia melhor, porque são poucos os que abrem as portas e a assistência precisa ser
171 conhecida por eles. Aproveitando o assunto Oscar Guilherme concordou com a fala de
172 Rosimeri, relatando que há um grande desconhecimento sobre a assistência social por parte
173 dos políticos, e deu o exemplo do trabalho que tem sido feito em Blumenau de instruir os
174 vereadores por meio de informações e subsídios sobre a política de assistência social.
175 Voltando ao tema da conferência Ismael agradeceu as observações que foram feitas, inclusive
176 às críticas pelos aspectos que funcionaram bem, e afirmou que isso faz parte do processo, que

177 é preciso ter humildade de reconhecer os erros para melhorar nas próximas vezes. Igualmente
178 destacou que ninguém deve se conformar com o resultado e sim lutar para que a próxima
179 conferência seja realizada em três dias, como era o planejamento original. Ainda sobre o
180 assunto Vânia pediu a Ismael que se leve ao CNAS a questão da metodologia adotada para as
181 conferências, especialmente a redução de tantas propostas numa plenária final, colocando-a
182 numa condição mecânica, prejudicando o diálogo. Ismael concordou e mencionou também a
183 questão dos eixos, que é preciso discutir com o CNAS a quantidade, a linguagem adotada que
184 não facilita o entendimento dos usuários. Explicou ademais, sobre os recursos utilizados para a
185 realização da conferência estadual, os orçamentos, o pregão, o custo de cada item da estrutura
186 e o custo total. Na continuação a palavra foi dada à equipe do Pacto, Martin Temp e Leonardo,
187 para que fizessem o informe sobre as construções com recursos desse programa. Os mesmos
188 informaram quantos equipamentos foram entregues e inaugurados, as obras em andamento e
189 as obras que foram licitadas novamente, bem como as ordens de serviço já dadas e as
190 próximas ordens a serem dadas até o fim do ano. Também fez o relato das obras paradas com
191 contrato reincidente por incompetência ou falência das empresas que construíam, do
192 levantamento feito por meio das ADRs para saber em que ponto elas pararam e assim poder
193 fazer nova licitação para finalizá-las. Pedindo a palavra Luam e Gláucia questionaram a lista
194 dos municípios contemplados e os da lista de espera, já que municípios que não precisavam de
195 equipamento receberam e agora o mesmo não funciona, enquanto outros que precisariam mais
196 não foram contemplados. Leonardo respondeu que a equipe do Pacto só recebe a lista já
197 definida desde 2011 e 2012, instrui o processo para que seja levado à apreciação da secretaria
198 do Planejamento e depois executa os demais procedimentos já descritos. Maria Eunice propôs
199 que seja retomada a lista definida em anos passados, seja trazida para a CIB e analisada pela
200 Câmara Técnica, e diante da dúvida de Janice, esclareceu que nunca houve recursos do FEAS
201 para construir essas obras, mas que a lista definida na CIB e CEAS foi incorporada para ser
202 executado com recursos do PACTO. Carolina explicou que na época alguns municípios que
203 estavam na lista não entregaram documentos em tempo, e que o então secretário Cândido
204 abriu para quem chegasse primeiro para substituir esses que não se habilitaram, mas que a
205 aquela primeira lista foi respeitada, tanto a maioria as obras já foram entregues. Janice
206 aproveitou a ocasião para sugerir a discussão para o próximo ano sobre a construção e entrega
207 desses equipamentos, já que em um momento de crise pela qual todos estão passando talvez
208 seja mais importante o Estado cofinanciar melhor os municípios para que possam manter os
209 equipamentos já existentes que entregar novas obras. Também pediu para o Estado avaliar as
210 obras que praticamente estão prontas, onde só faltam alguns pequenos detalhes, para agilizar
211 os trâmites finais de tal forma que os municípios possam o quanto antes utilizar o espaço sem
212 ter que continuar pagando aluguel ou renovar contratos de aluguel. Leonardo então esclareceu
213 que mesmo sendo pequenos detalhes para finalizar, o Estado não pode passar a
214 responsabilidade para o município terminar sob pena de sofrer sanções por motivos jurídicos,
215 administrativos e contábeis. Acrescentou ainda que o Estado está agilizando ao máximo os
216 processos para entregar as obras inacabadas e as há pouco licitadas. Maria Eunice pediu para
217 voltar ao assunto da lista inicial, dizendo que é preciso retomar a listagem e estudá-la na
218 Câmara Técnica da CIB. Vânia também reforçou esta necessidade e a de pactuar na CIB
219 qualquer nova lista futura de construção de equipamentos. Na ocasião Ismael esclareceu que
220 não existe previsão de recursos novos para esta finalidade, mas que a DIAS pode enviar todo

221 material que tiver sobre o assunto juntamente com o relatório do Pacto. Da mesma maneira
222 Ivanor falou que poderão ser encaminhadas para a Câmara Técnica as resoluções da CIB que
223 tratam sobre o assunto, o relatório de todas as obras do Pacto e o relato das pessoas que
224 fizeram parte desse processo quando houve pactuação na CIB em anos passados. Finalmente
225 Leonardo indicou o site e o aplicativo para que qualquer cidadão possa acompanhar o
226 andamento das obras. Iniciando um novo assunto, Ismael relatou sobre o Sipiá-Sinase que
227 sofreu uma mudança devido a aposentadoria de uma pessoa, portando o Sipiá-CT foi para
228 dentro do CEDCA, já sobre o Sipiá-Sinase houve uma reunião para buscar soluções, já que
229 não tem quem se encarregue do mesmo. Carolina então esclareceu que o secretário Comin
230 está pedindo que a secretaria da educação ceda uma pedagoga para que assuma essa
231 demanda e acredita que até o fim do ano isso aconteça. Glaucia sugeriu que a SST informe
232 essa situação para que o MP saiba sobre o problema e a solução que está sendo buscada para
233 que os municípios não sejam prejudicados ou cobrados por algo que não depende deles.
234 Falando em nome das Associações de municípios, Vânia pediu para que a pessoa que assuma
235 essa demanda também fique com Sipiá-CT e aproveitou para agradecer o trabalho que Lúcia
236 Grisel fez durante tanto tempo antes de se aposentar. De igual modo Janice pediu para que
237 haja na SST alguém de referência, como acontecia quando Lúcia ainda trabalhava, para que os
238 municípios possam ligar e resolver suas dúvidas. Retomando a palavra, Patrícia trouxe o
239 assunto dos Benefícios Eventuais, recordando que o CEAS pela resolução 16/2016 pediu que
240 os municípios elaborassem suas legislações próprias sobre o assunto até o final de 2017, mas
241 que o CEAS recebeu muitas comunicações dos municípios relatando que não daria tempo para
242 finalizar até o prazo estipulado. Diante disso o CEAS vai deliberar sobre uma possível
243 prorrogação de prazo na próxima plenária em 12/12/2017, e que tão logo seja deliberado o
244 CEAS irá comunicar aos interessados. Dando continuidade Maria Eunice relatou que o CNAS,
245 por meio da Resolução CNAS nº 16 de 24 de novembro de 2017, recomendou ao
246 Ministério de Desenvolvimento Social envidar esforços no sentido de garantir a prorrogação
247 do prazo para a inclusão das pessoas idosas beneficiárias do BPC no Cadastro Único, para
248 que prazo de inclusão dos beneficiários do BPC, que vai até 31/12/2017, seja prorrogado
249 até o final de 2018, de forma a garantir a inserção sem que afete o direito de manutenção
250 ao benefício. Como foi só uma recomendação do CNAS, ficou acordado como
251 encaminhamento que o coordenador da CIB enviará ofício ao MDS referendando a
252 resolução do CNAS, a qual considera as dificuldades apontadas por parte das gestões
253 municipais para a inserção e atualização de beneficiários no Cadastro Único e o curto
254 prazo para a finalização da inclusão de idosos beneficiários do BPC no mesmo Cadastro.
255 **3:16**

256

257 pediu que os membros da SST falassem sobre status da tramitação da Lei do FEAS e a ajuda
258 do secretário Comin, dada sua vasta articulação na Alesc, para quando este anteprojeto de lei
259 for encaminhado para a Assembleia Legislativa. Valmir Comin respondeu dizendo que a Lei
260 está em tramitação na Casa Civil, também salientou que esta deverá passar pelas comissões
261 temáticas da Alesc dada sua importância, mas que usará todo seu conhecimento e empenho
262 para dar celeridade ao processo dentro da casa legislativa. Retomando a palavra Vagner se

263 colocou a disposição como representante do COEGEMAS para visitar a Casa Civil e o senhor
264 governador reforçando os motivos e o ponto de vista dos municípios sobre o assunto,
265 destacando, ao mesmo tempo, que 2018 será um ano eleitoral, portanto se faz urgente concluir
266 esse processo ainda este ano. Diante disso Valmir Comin se comprometeu a seguir de perto o
267 processo e pedir celeridade nos trâmites da Casa Civil e no que depender da SST. Na
268 sequência o secretário de Estado fez o informe da situação do Cofinanciamento, explicando
269 aos presentes que os pagamentos serão feitos em 4 parcelas, a 1ª foi paga havia três dias, a 2ª
270 e 3ª serão pagas em novembro, e a 4ª parcela será paga em janeiro de 2018, já que o
271 fechamento da máquina no fim do exercício não permitirá pagá-la em dezembro. Comin
272 lembrou que desse modo está cumprindo o acordado com a secretaria da fazenda e pactuado
273 com os gestores municipais. Ivanor, aproveitou a fala do secretário para dar mais alguns
274 detalhes do cofinanciamento como valores repassados, municípios habilitados, valores
275 devolvidos e medidas para resolver essas situações. Finalizando o assunto passou-se a tratar o
276 tema dos cortes no orçamento federal. Na ocasião Ivanor fez a leitura do manifesto do CEAS
277 em defesa do SUAS. **6º Informes:** tomando a palavra Vagner recordou que o Coegemas havia
278 solicitado ainda em agosto o status das construções dos equipamentos de assistência social,
279 por isso pediu ao secretário que falasse sobre o assunto. Valmir Comin começou sua fala
280 fazendo memória dos recursos represados desde 2013, cerca de 50 milhões de reais que
281 teriam que ser devolvidos, ou usados em outra área, até novembro de 2017. Relatou que
282 montou uma equipe competente e célere, estabeleceu um cronograma, percorreu todas as
283 regiões do Estado para ver a situação de cada obra, e desse modo estabelecer ações
284 articuladas entre as SST, Pacto, ADRs, fiscais dos contratos, prefeitos, e assim garantir a
285 execução dos recursos e obras dentro dos prazos. Continuando Comin contou que havia
286 poucos dias foram assinadas pelo governador ordens de serviço de 20 obras e esclareceu que
287 não foi alterada a ordem cronológica dos municípios elencados desde 2013, mas somente foi
288 dada celeridade ao processo e colocado o seguinte da lista nos casos de desistência. A seguir
289 Vagner perguntou sobre alguma previsão de construção futura de novos equipamentos ao que
290 Comin citou os quase 700 milhões de recursos do Fundam e lamentou por não perceber que os
291 prefeitos peçam esses recursos para construir seus CRAS e CREAS. Nesse momento chegou
292 o senhor prefeito de Chapecó Luciano Bulligon, o qual fez uso da palavra para dar boas vindas
293 e agradecer já que não pôde estar presente na mesa de abertura. Após Vagner retomou o
294 assunto dos ofícios encaminhados pelo Coegemas à SST: ofício que solicita previsão de
295 ampliação dos recursos humanos da SST para atender aos municípios, ofícios que solicitam as
296 ações que a SST desenvolve em 2017 para cumprir as metas do Pacto de Aprimoramento e o
297 Plano de Apoio Técnico aos municípios. Ivanor respondeu que o próprio diretor Ismael gostaria
298 de estar presente para responder, mas que não pôde pelas demandas da organização da XI
299 Conferência Estadual, e que todo modo os ofícios serão respondidos pela DIAS. Valmir
300 interveio assegurando que na próxima CIB a equipe do Pacto fará um informe geral das
301 construções dos equipamentos. Dando prosseguimento Vagner perguntou sobre a solicitação
302 da prorrogação do prazo para entrega dos Planos Municipais de Assistência Social.
303 Respondendo Ivanor explicou que recebeu uma solicitação e encaminhou para a DIAS, a qual
304 se manifestará sobre o assunto. Ainda sobre o mesmo tema Maria Eunice mencionou que foi
305 discutido na plenária do Coegemas e que os gestores não veem nenhuma razão para
306 finalizarem os PMAS até 1º de dezembro e que muitos não conseguirão finalizar até essa data,

307 portanto pediu que a SST, por meio da DIAS, acolha a solicitação de prorrogação desse prazo.
308 Karina Euzébio, diante da pergunta a respeito do Plano do Estado, que até o momento não foi
309 disponibilizado, esclareceu que o PEAS 2016-2019 foi construído pela DIAS e que há mais de
310 um ano está no CEAS para análise e deliberação, dado que o CEAS esteve inativo por vários
311 meses, mas se espera que na plenária de novembro seja deliberado. Aproveitando a ocasião
312 Ivanor reforçou que o motivo da demora também se deve a que o CEAS tem uma nova
313 composição, que está se apropriando pouco a pouco dos assuntos, revendo muitos deles, o
314 qual demanda tempo. Após, Vagner perguntou ao secretário Comin sobre a previsão
315 orçamentária para o Cofinanciamento de 2018, dada sua possível saída como secretário para o
316 pleito eleitoral. Respondendo Comin relatou que está trabalhando fortemente para garantir os
317 recursos. Maria Eunice também explicou que no ano anterior, antes de finalizar o ano, a
318 Câmara Técnica da CIB se reuniu para discutir e estabelecer critérios, fez outra reunião no
319 início do ano e que o ideal seria se reunir antes de fechar o ano para discutir 2018; disse
320 também que o Estado tem um papel fundamental no assessoramento e apoio técnico aos
321 municípios para evitar que os mesmos venham a devolver recursos do cofinanciamento ao
322 tesouro estadual, e que essa situação tem que ser levada em conta, e dessa maneira não
323 utilizar o argumento das devoluções para punir os municípios com menos disponibilidade
324 financeira para o cofinanciamento. Salientou que os municípios precisam do Estado e que
325 ambos precisam fazer a sua parte nesse processo. Valmir Comin respondeu que sim é possível
326 que se definam critérios desde já, mas que é complicado definir valores agora, e que seria
327 temerário e irresponsável de sua parte acordar um valor agora na incerteza de poder cumprir
328 no início do ano, de todo modo disse que está trabalhando sistematicamente para conseguir
329 essa definição financeira para 2018. Prosseguindo com a discussão Neusa, da Associação dos
330 Municípios do Alto Vale e Concórdia, perguntou a respeito do PPA do Estado, se os dados da
331 situação dos municípios, os estudos da equipe e câmaras técnicas são levados em conta na
332 hora de definir orçamentos e projeções, em que tempo o Estado pensa na assistência social.
333 Ivanor respondeu, esclarecendo que os valores para o cofinanciamento estão estabelecidos no
334 PPA do Estado, mas que eles não tem se transformado em financeiro em sua totalidade, o que
335 explica a não cobertura de todas as proteções, e que o secretário de Estado tem se esforçado
336 para que o valor disponível seja mais próximo ao que está estabelecido nas previsões
337 orçamentárias. Acrescentou ainda que as previsões orçamentárias para 2018 não serão
338 menores as desse ano. Valmir Comin aproveitou a ocasião para falar que a equipe de governo
339 tem pedido reduzir as projeções em todas as secretarias de estado, mas que ele está se
340 articulando com a secretaria da fazenda e com a Alesc para propor emendas, destacou
341 também que o momento é delicado, quase mais de sobrevivência que de avanço. Retomando a
342 fala, Neusa expressou sua preocupação sobre as deliberações das Conferências Municipais e
343 o temor que as reivindicações, no que tange ao cofinanciamento, sejam engavetadas pelo
344 Estado, e que faz anos que se luta por um percentual mínimo para a assistência. Deixou claro
345 que não está polemizando, mas somente evidenciando a situação e levantando a reflexão a
346 partir do acompanhamento feito junto aos municípios. Comin, respondendo ao questionamento
347 de Ivone Orso, sobre a possibilidade de o Estado definir e começar a repassar recursos
348 financeiros para os municípios já desde os primeiros meses do ano, manifestou que demorou
349 28 anos para entender a importância da assistência social, e que tem lutado para incutir essa
350 importância na cabeça de muitos gestores, já que para muitos esta política não é prioridade,

351 prova disso são os valores do Fundam disponibilizados para os municípios, e se perguntou por
352 que parte desse recurso não vai para a assistência social. Destacou que não basta a vontade
353 dele somente, que os gestores municipais precisam entender e querer destinar esses recursos
354 também para esta política, priorizando-a, e assim mudar essa situação. À continuação, Josué,
355 secretário do município de Araquari, expressou sua compreensão pela crise e pelos cortes,
356 agradeceu o empenho do secretário Comin em favor dos municípios, mas pediu somente que o
357 Estado consiga pelos menos iniciar os repasses já desde o começo do ano. Voltando à
358 pergunta de Ivone Orso, Ivanor explicou que falta estabelecer um piso para o SUAS no Estado
359 e no âmbito federal, a exemplo da saúde e da educação, e que há uma forte resistência ao
360 estabelecimento desse piso porque ele acarreta aumento de despesa para o Estado. Por outro
361 lado informou que, apesar de suas limitações, a SST por meio da equipe técnica da DIAS tem
362 trabalhado bastante no anteprojeto da Lei do FEAS, porque entende que somente uma
363 obrigação legal poderá induzir o Estado ao cofinanciamento regular e automático, possibilitando
364 assim que os serviços continuados nos municípios não fiquem sem recursos a maior parte do
365 ano. Além disso, informou que dentro da DIAS foi criado um GT para estudo, levantamento de
366 custos e elaboração de pisos dos os diversos serviços do SUAS no Estado, de tal forma que a
367 SST possa levar, ao governo e fazenda, dados, valores, critérios técnicos que norteiem o
368 orçamento, pois o mesmo atualmente é estabelecido sem critérios profundos, provindos da
369 área competente. Concluiu a fala afirmando que desse modo a SST tem dado passos e vai
370 colocando meios para ir mudando a situação instalada, não se eximindo da tarefa que lhe
371 compete e do compromisso que tem para com os municípios. Fazendo uso da palavra Oscar
372 Guilherme Grotmann Filho, agradeceu a disposição do secretário Comin de estar presente e se
373 dispor a ouvir, discutir e debater. Manifestou sua satisfação por ser sempre bem atendido pela
374 SST, pela equipe da DIAS, dentro das limitações de RH conhecida por todos. Justificou as
375 cobranças feitas explicando que todos são cobrados, os prefeitos cobram muito dos
376 secretários, e que todos estão ali na CIB para discutir e cobrar sempre com o objetivo de
377 construir e não de criar muros. Na ocasião Karina Euzébio fez informe dos detalhes da XI
378 Conferência Estadual de Assistência Social, fornecendo as informações que faltavam. A seguir
379 Gláucia fez menção à dificuldade que os municípios do oeste tem para se deslocar até
380 Florianópolis para a conferência, especialmente dos representantes da sociedade civil, já que
381 os governamentais tem seus custos cobertos. Desse modo entregou um documento, também
382 enviado ao CEAS, solicitando custeio da hospedagem já na noite anterior para que os
383 delegados possam descansar antes do início da conferência. Informou que são 92 municípios e
384 220 delegados da região, e que se a solicitação não for atendida provavelmente 50% do grupo
385 não irá e os outros 50% vão se juntar por solidariedade, já que fica inviável viajar com pessoas,
386 dentre elas idosas, durante 16 ou 17 horas sem poder descansar antes de se iniciar a
387 conferência. Valmir Comin esclareceu que não existe nenhum boicote ou desejo de
388 desestímulo, ao reduzir gastos e duração da conferência. Dando continuidade ao assunto,
389 Glacy Dullius, de São Carlos, sugeriu que a exemplo das reuniões descentralizadas da CIB e
390 Coegemas, também a Conferência Estadual seja mais para o centro do Estado, facilitando o
391 deslocamento de todos. Karina Euzébio explicou que a definição do lugar não dependeu do
392 CEAS, nem da SST, já que é um processo licitatório no qual vence quem apresenta o menor
393 orçamento, mas que as reuniões descentralizadas da CIB e do CEAS são metas do Pacto de
394 Aprimoramento. Na oportunidade Ivanor citou como exemplo a ausência na CIB de vários

395 técnicos e gestores de municípios próximos de Chapecó, possivelmente por limitação financeira
396 ou cortes de gastos, e que número também reduzido dos representantes do Estado se deve ao
397 mesmo motivo, esclarecendo, no entanto, que isso não deve servir de desculpa e conformismo
398 com a situação. Prosseguindo, fez a leitura do informa da DIAS, ao concluí-lo recordou que a
399 data da próxima reunião plenária da CIB no dia 7 de dezembro na Grande Florianópolis, de
400 acordo com o calendário aprovado, coincide com a Conferência Nacional de Assistência Social,
401 propôs, por este motivo, alteração de data. Após breve discussão foi acordada a alteração da
402 data da próxima plenária do dia 7 de dezembro para o dia 30 de novembro. Ivanor recordou a
403 Vagner a necessidade de se levar, para a próxima reunião da CIB, uma minuta de datas e
404 cidades das reuniões plenárias do Coegemas de 2018, já que esta segue a definição do
405 Colegiado para estabelecer o calendário CIB de 2018, cujas datas e lugares coincidem. Vagner
406 concluiu sua fala agradecendo a todos os presentes, especialmente aos anfitriões na pessoa
407 da secretária Ulda Baldissera, a qual também fez uso da palavra para agradecer e colocar a
408 secretaria de assistência social de Chapecó à disposição, destacando o papel das reuniões dos
409 gestores e técnicos no fortalecimento da política de assistência social. Valmir Comin agradeceu
410 igualmente e desejou a todos um bom retorno. Nada mais havendo a tratar, eu Ivanor Alberti,
411 lavrei a presente Ata.